

Nas engenharias não há déficit, mas superavit

Acotovelam-se cursos como **engenharia civil**, quase em sobreposição. No imediato discutem-se **vagas em aberto**

Quando se refere aos cursos de engenharia em Portugal, o bastonário da Ordem dos Engenheiros, Carlos Matias Ramos, prefere dizer "cursos com engenharia no nome". Parece precisismo ou eco corporativo, mas a mesma cautela tem Alberto Amaral, presidente da A3ES (Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior): "Há cursos que de engenharia pouco têm".

No concurso nacional de acesso deste ano, a palavra "engenharia" apareceu em 264 licenciaturas e mestrados integrados, uma quarta parte do total dos 1151 cursos do 1º e 2º ciclo do sector público (universidades e politécnicos).

Só na "engenharia civil" são 29, 11 deles distribuídos por oito cidades do centro, algumas distando entre si meia centena de quilómetros (ver infografia). Ao grupo pode ainda juntar-se Portalegre. O resultado, nos lados do polígono mais no interior do país, ficou à vista: licenciaturas quase às moscas após as três fases de acesso.

"Há cursos a mais", afirma Matias Ramos, visando os politécnicos de Viseu, Guarda, Portalegre, Tomar e Castelo Branco — a que soma a proximidade da Universidade da Beira Interior, na Covilhã. "Na região não pode haver seis cursos; a oferta é muito superior à procura. Não há uma preocupação de fazer sinergias".

Sobrinho Teixeira, presidente do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos (CCISP), é igualmente à frente do Politécnico de Bragança, relativiza a questão. "Foi um ano atípico, pois na primeira fase do concurso de acesso entraram muito menos alunos do que em 2010". Faz as contas: 46.899 em vez de 52.178, uma descida de 10%. "A oscilação deve-se sobretudo à maior ou menor dificuldade das provas de acesso ao ensino superior. Com uma variabilidade assim, as instituições do interior são as mais afetadas, pois a maior parte dos alunos são oriundos do litoral", afirma.

NÚMEROS

264

cursos de engenharia do ensino superior público (licenciaturas e mestrados integrados) abriram vagas em 2011/2012

29

cursos de engenharia civil, em 17 cidades, é a oferta do ensino superior público no presente ano letivo

585

é o total de cursos de engenharia no país (público e privado), em todos os graus de ensino, da licenciatura ao doutoramento (dados da A3ES, relativos a 2010/2011)

Além das leis do mercado, o bastonário dos Engenheiros questiona também a garantia da obra: "Onde há um corpo docente com qualidade para tantos cursos?". O Expresso tentou nesta semana contactar os responsáveis pelos cursos de engenharia civil de dois politécnicos — Tomar e Castelo Branco —, mas sem êxito.

"Em vez de uma aposta na concentração das áreas de conhecimento para dar eficiência, optou-se pela diversidade", diz Matias Ramos. "Os politécnicos não devem ser replicadores de cursos já instalados nas universidades clássicas", acrescenta.

Num período em que cortes é sinónimo de reformas, Alberto Amaral (à margem de uma conferência da Fenprof realizada há oito dias) traçou a linha de horizon-

te: há um "excesso de oferta" em "determinadas áreas", dando como um exemplo a agronomia. Ao Expresso, o presidente da A3ES afirma que a engenharia civil é outra das áreas em que "haverá problemas".

Uma fasquia alinhada, de resto, com o desafio lançado há uma semana por António Rendas, presidente do Conselho de Reitores, em entrevista ao Expresso: "Tem de haver coragem (...) para fechar os cursos que têm menos alunos".

Matias Ramos é contido nas palavras. Defende fecho de cursos e fusão de escolas, mas sem concretizar. Vê no momento atual uma "oportunidade de reflexão", já que, diz, "é nos períodos de seca que se devem estudar as cheias".

Para Alberto Amaral, "o mais sensato não é começar por fusões, mas por consórcios, mas sem facilmente reversíveis". Sobre o calendário não hesita: "Até ao início das candidaturas do próximo ano letivo deve estar definido".

O presidente do CCISP recusa o cenário de "fusões": "Nunca!", exclama. Mas admite, e defende, "a disponibilidade absoluta de todos os politécnicos" para conseguirem "ganhos de dimensão que deem escala nacional e internacional". Para Sobrinho Teixeira, há cursos a mais e é possível fazer uma reconfiguração". A "primeira abordagem" do conselho a esta orientação será feita no próximo dia 24, em Portalegre.

Contudo, há uma condição: "Não se pode reduzir o número de alunos do superior", defende o presidente do Politécnico de Bragança. "Hoje, com a crise, há uma pressão muito negativa, a recriar a ideia de que Portugal é um país de doutores. É uma visão errada e uma armadilha", prossegue Sobrinho Teixeira. "Se vingar, teremos uma mão de obra cada vez menos qualificada a concorrer numa Europa cada vez mais qualificada".

PAULO PAIXÃO
ppaixao@expresso.imprensa.pt

CURSOS DE ENGENHARIA CIVIL

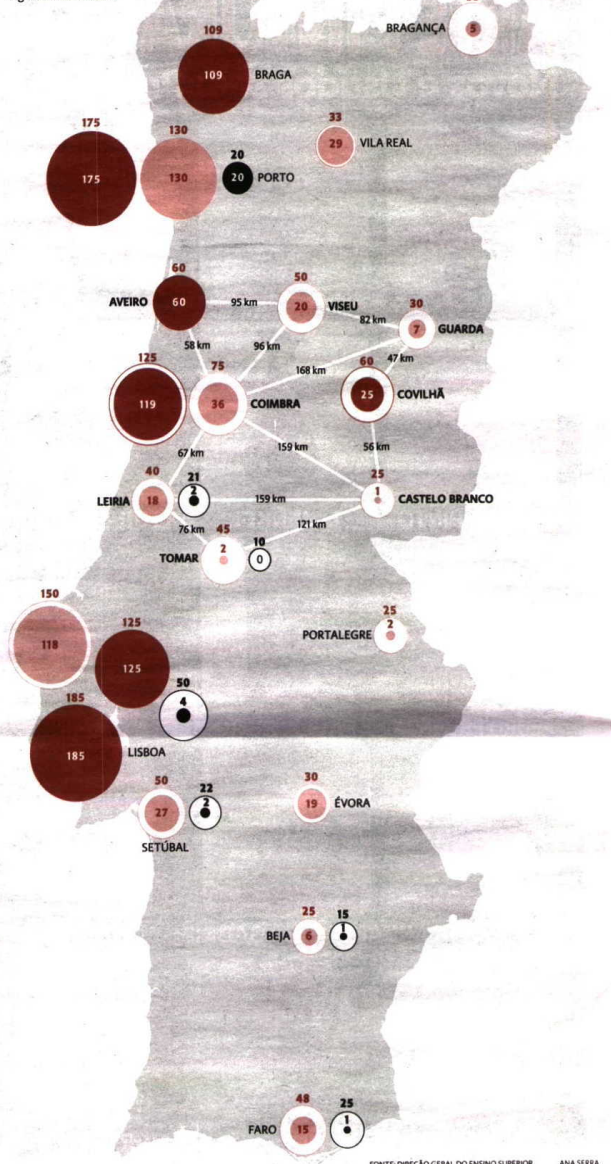
Concurso nacional de acesso ao ensino superior (2011/2012)

Vagas iniciais ou maior número no final da 3ª fase

Mestrado integrado (5 anos)

Licenciatura (3 anos)

Licenciatura em regime noturno ou pós-laboral



FONTE: DIREÇÃO GERAL DO ENSINO SUPERIOR ANA SERRA

Politécnicos como motor do interior

Começaram por ser só escolas que puxaram para cima as regiões onde se inserem. Vem aí um teste à sagueira política. De todos

Sobrinho Teixeira não reclama o exclusivo para os politécnicos, pois as universidades do interior cumprem o mesmo papel: "A democratização do ensino superior e o acesso à cidadania". De outro modo, "ou por dificuldades económicas ou por amorfização, há muitos jovens que nunca teriam acedido ao ensino superior". O efeito foi um desenvolvimento geral das cidades, em todos os planos. "Acha que sem o Politécnico seria possível haver público para um teatro em Bragança?", pergunta.

Na cidade transmontana — e também em Mirandela, onde há

um polo —, o IPB (Instituto Politécnico de Bragança) pesa. Joana Fernandes, docente da Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo, fez a tese de doutoramento sobre o impacto económico do instituto na região. Consoante os modelos teóricos, o peso no PIB dos dois concelhos varia entre 8,2% e 9,7%. O volume de negócios era de €52 milhões (em 2007), sendo a terceira maior empresa do distrito. Outros números atuais: Bragança tem 21 mil habitantes; entre docentes e funcionários, o IPB emprega mais de três mil pessoas; alunos são 7500, entre um terço e um quarto dos residentes.

Jorge Nunes, o presidente da Câmara, tem bem a noção de todas as coordenadas desta encruzilhada. "Sem os politécnicos, as cidades do interior não seriam as

VAGAS

O milagre da multiplicação

Pode um curso com uma ou duas vagas ocupadas nas fases de acesso ficar com a turma bem composta? Pode. Em Castelo Branco, a engenharia civil, que só arregimentou um aluno no concurso (dados da DGES), tem 21, segundo o CCISP. Provém de regimes especiais, como os detentores de cursos de especialização tecnológica (12) ou os maiores de 23 anos (3). Em Portalegre, na engenharia agrónoma, superaram-se até as 30 vagas: das 3 iniciais chegou-se às 32.

mesmas, estariam mais pobres e menos qualificadas".

Mas as coisas são o que são. "Em situações de crise grave, a tendência é os números sobrepor-se a tudo e reforçar-se o centralismo. Ora, o que é preciso é mais coesão", diz o autarca. "Temos de olhar os problemas de frente, ir à luta, para superar as fragilidades e adversidades".

Se cortes forem feitos em nome da poupança, não há muito para poupar, adverte Sobrinho Teixeira. "Os oito politécnicos do interior representam apenas 9,1% do orçamento do superior".

Mas pode perdas enormes, pois as escolas são mais do que escolas. "Será mau ter uma única receita para tudo. Se criássemos um sistema de concorrência livre matávamos todo o interior", diz Alberto Amaral. P.P.

Brasil é nova terra de oportunidades

Não é o "achamento" de Cabral nem dará a renda do ouro, mas com a crise a carta de navegar leva a terras de Vera Cruz

No final do mês, dia 26, a Ordem dos Engenheiros inicia as comemorações dos 75 anos. Em janeiro começa um ciclo de conferências com o tema "Engenharia — Que futuro?". Com a crise, para alguns engenheiros portugueses o futuro imediato seria atravessar o Atlântico e rumar ao Brasil. As obras para o Mundial de Futebol, em 2014, e Jogos Olímpicos, em 2016, aliadas à expansão da economia brasileira, requerem mão de obra especializada — estima-se que o Brasil necessite de mais 100 mil engenheiros nos

próximos cinco anos. Mas para os dispostos a emigrar o presente é um futuro adiado. "Dificuldades de natureza burocrática, com o não reconhecimento atempado por certas universidades brasileiras dos diplomas dos portugueses", barram a entrada a muitos engenheiros. Para o bastonário, é um "problema político", já comunicado ao Governo, que terá de resolver bilateralmente.

Também para os politécnicos o Brasil é um palco de "internacionalização". Os institutos portugueses esperam receber cerca de um milhar de bolsistas brasileiros no próximo ano letivo. E está na força a ida de docentes portugueses a Pernambuco, para darem formação a quadros daquele estado brasileiro. P.P.